

sabilidade Civil das agências reguladoras. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores. Responsabilidade do Estado por atos da Administração, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Responsabilidade dos agentes políticos. Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. Processo administrativo. Princípios constitucionais. Direito a informações e certidões. Requisições de processos. Direito de petição aos Poderes Públicos. Processo administrativo disciplinar. Sindicância e inquérito. Sanções administrativas. Improbidade administrativa. Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Meios específicos do controle jurisdicional. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa). Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).

DIREITO CONSTITUCIONAL. Direito Constitucional: Noções de Direito Constitucional: Princípios Constitucionais. Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal. Direitos e Garantias Fundamentais; Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandados de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Poder Constituinte. Normas Constitucionais da Administração Pública e Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990). Constitucionalidade e Legalidade de Proposições Legislativas e Atos Administrativos. Interpretação de Leis e Atos Administrativos. Providências de Ordem Jurídica. Minutas. Termos de Contrato. Formulação de Consultas. Transparência, Controle e Fiscalização. Estado, Governo e Administração Pública: Conceitos, Elementos, Poderes, Organização, Natureza, Fins e Princípios. Serviços e Bens Públicos. Contratos Administrativos: Conceito, Peculiaridades e Interpretação. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Prefeito Municipal. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários municipais. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Poder Judiciário. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Repercussão geral. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Varas de Fazenda Pública. Funções essenciais à justiça: Advocacia Pública. Ministério Público. Defensoria Pública. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária. Da ordem social (Título VIII- art. 193 a 232): Da seguridade social - disposições gerais, saúde, previdência social, assistência social. Da educação, cultura e desporto. Da ciência, tecnologia e inovação. Da comunicação social. O meio ambiente na Constituição Federal.

DIREITO CIVIL: Conceito. Da Lei. Vigência, Hierarquia, Aplicação, Integração e Interpretação. Revogação, Derrogação e Abrogação. Negócio Jurídico: Espécies, Manifestação da Vontade, Vícios da Vontade, Defeitos e Invalidez. Lei de Introdução ao Código Civil. Da Pessoa Natural: Personalidade e Capacidade, Direitos da Personalidade. Da Pessoa Jurídica: Domicílio Civil. Dos Bens: Diferentes Classes de Bens. Do Negócio Jurídico: Conceito e Classificação. Elementos Essenciais

Gerais. Elementos Acidentais (Condição, Termo, Encargo). Defeitos do Negócio Jurídico (Erro ou Ignorância, Dolo, Coação, Estado de Perigo, Lesão, Fraude Contra Credores), Invalidez do Negócio Jurídico. Prescrição e da Decadência. Do Direito das Obrigações. Contratos: Conceito, Formação e Classificação. Vícios Redibitórios. Evicção. Contratos: Tipos. Extinção do Contrato. Das Várias Espécies de Contrato: Compra e Venda, Doação, Locação de Coisas e Mandato. Responsabilidade Civil. Do Direito de Empresa: do Empresário, da Sociedade, do Estabelecimento e das Coisas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Jurisdição e Competência: Formas e Limites da Jurisdição Civil e Modificações da Competência. Ação: Conceito; Ação e Pretensão. Condições e Classificações da Ação. Competência: Conceito, Competência Territorial, Objetiva e Funcional. Conflito, Conexão e Continência. Processo: Processo e Procedimento. Formação, Extinção e Suspensão do Processo. Pressupostos Processuais. Prazos: Conceito, Classificação, Princípios, Contagem, Preclusão, Prescrição. Sujeitos da Relação Processual. Pedido: Petição Inicial, Requisitos e Vícios. Pedidos: Determinado, Genérico e Alternativo. Cumulação de Pedidos. Interpretação e Alteração do Pedido. Recurso em Geral: Conceito, Pressupostos, Efeitos. Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). Execução Fiscal (Lei 6.830/1980). Legislação: Lei de Acesso à Informação — 12.527/2011; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

#### ANEXO IV - AUTODECLARAÇÃO DE BAIXA RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, (nome completo), portador(a) do NIS nº \_\_\_\_\_ (nº do NIS) e da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, emitida pelo(a) \_\_\_\_\_, (órgão expedidor) e CPF nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_ (endereço completo), no município de \_\_\_\_\_, (município), DECLARO, para efeito de concessão de isenção de taxa de inscrição no Concurso Público nº 001/2023 do Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro – ID, sob as penas da lei, que atendo aos requisitos e às condições estabelecidos no edital de abertura, que sou membro de família de baixa renda, conforme definições adotadas pelo Decreto Federal nº 11.016/2022, transcritas a seguir.

#### DECRETO Nº 11.016/2022 (DEFINIÇÕES)

Para fins desse decreto, adotam-se as seguintes definições:

I. família - a unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio;  
II. família de baixa renda: familiar com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo;  
III. domicílio: local que serve de moradia à família.

IV. responsável pela unidade familiar - pessoa responsável por prestar as informações ao CadÚnico em nome da família, que pode ser:

a) responsável familiar - indivíduo membro da família, morador do domicílio, com idade mínima de dezesseis anos e, preferencialmente, do sexo feminino; ou  
b) representante legal - indivíduo não membro da família e que não seja morador do domicílio, legalmente responsável por pessoas menores de dezesseis anos ou incapazes e responsável por prestar as informações ao CadÚnico, quando não houver morador caracterizado como responsável familiar;

V. grupos populacionais tradicionais e específicos - grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico;

VI. renda familiar mensal - soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, exceto:  
a) benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária;

b) valores oriundos de programas assistenciais de transferência de renda, com exceção do Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993;

c) rendas de natureza eventual ou sazonal, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e

d) outros rendimentos, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e

VII. renda familiar per capita - razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos da família. Parágrafo único. As famílias com renda familiar mensal per capita superior àquela prevista no inciso II do caput poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que:

I. a inclusão esteja vinculada à seleção de programas sociais implementados por quaisquer das esferas de Governo; e

II. o órgão ou a entidade executora do programa tenha firmado o termo de uso do CadÚnico, nos termos do disposto no art. 11.

Local / Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ**

#### ERRATA

Onde se lê:

“...EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023...”;

“...ACCOUNTABILITY CONSULTORIA CONTÁBEL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ Nº 40.980.125/0001-94...”;

“...PRAZO: 12 (DOZE) MESES;...”

Leia-se:

“...EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2023...”;

“...ACCOUNTABILITY CONSULTORIA CONTÁBEL E EMPRESARIAL LTDA, CNPJ Nº 40.980.125/0001-40...”;

“...PRAZO: 05 (CINCO) MESES;...”

Maricá, 27 de abril de 2023.

Janete Celano Valladão

Presidente

EXTRATO Nº 36/2023

TERMO DE HOMOLOGO E RATIFICO

ESPÉCIE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 108/2023

PARTES: INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM, CNPJ Nº 39.511.530/0001-30 E ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA - AGIP, CNPJ Nº 02.672.248/0001-24;

DO OBJETO: INSCRIÇÃO DOS SERVIDORES JANETE CELANO VALLADÃO, CPF Nº 668.\*\*\*.\*\*\*.\*\*, E ALAN CHRISTI VIEIRA ROCHA, CPF Nº 053.\*\*\*.\*\*\*.\*\*, PARA O XXI SEMINÁRIO SUL BRASILEIRO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA, A REALIZAR-SE DE 10 A 12 DE MAIO DE 2023 – GRAMADO - RS;

VALOR: R\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: NOS TERMOS DO ART. 25, II, E ART. 13, VI DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93;

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2023

MARICÁ, 28 DE ABRIL DE 2023.

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ

JANETE CELANO VALLADÃO

PRESIDENTE

EXTRATO Nº 37/2023

TERMO DE HOMOLOGO

ESPÉCIE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 106/2023;

PARTES: INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ-ISSM, CNPJ Nº 39.511.530/0001-30 E ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL - APIMEC, CNPJ Nº 43.446.228/0001-12;

DO OBJETO: QUALIFICAÇÃO DE SERVIDOR, PARA OBTENÇÃO DA NOVA CERTIFICAÇÃO DE GES-